



Notas Editoriais

*Isabel Aparecida Felix**

O Fórum Econômico Mundial de Davos realizou uma pesquisa entre 58 países para medir a desigualdade entre homens e mulheres. O Brasil aparece em 51º lugar. Quando deputada, Luci Chonacki (PT-SC) propôs a instalação de uma comissão especial externa da Câmara dos Deputados para debater a feminização da pobreza no Brasil, apresentou dados que revelam que as mulheres representam 70% dos pobres no mundo, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. Apesar de representarem 53% da população brasileira economicamente ativa, apenas 17% delas estão no mercado formal de trabalho. Além do que, 32% dos lares brasileiros são providos por mulheres chefes de família; 27% têm filhos menores que residem apenas com elas, 60% não recebem pensão regular do pai e 42% moram em domicílios com renda de até 2 salários mínimos.

Diante dessa realidade, a I Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em 2004 em Brasília, elaborou um Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPPM), com as seguintes prioridades de ação política: autonomia, saúde das mulheres, educação inclusiva e não sexista, igualdade no campo de trabalho e cidadania, direitos sexuais reprodutivos, e o combate à violência contra as mulheres.

Em agosto passado aconteceu a II Conferência, que, além de analisar a realidade brasileira, avaliou até que ponto as ações políticas do Governo, por intermédio do PNPPM, incidiram no dramático quadro de desigualdades no Brasil.

Trazer para a pauta da Revista *Mandrágora* o tema “Políticas públicas e suas interfaces de gênero e religião”, nesse contexto, torna-se extremamente desafiador.

Para enfrentar esse desafio, abrimos espaço nessa revista para diversas pessoas que atuam nesta área da pesquisa, na militância dos movimentos feministas, e de mulheres e outras que, em diferentes práticas, estão envolvidas nessa temática.

Se no nível governamental, por um lado, constatamos inúmeros limites na execução das políticas públicas, no âmbito das religiões encontramos posições e ações que contribuem para a transformação das desigualdades, mas também intervenções que mantêm ou legitimam as assimetrias de gênero.

Convidamos a leitora e o leitor a entrar em contato com os artigos e relatos dessa revista e assim visibilizar uma pequena amostra de pesquisas e experiências concretas que apontam para o fortalecimento dos mecanismos de participação social, para os espaços de controle social, para ações afirmativas e intervenções transversais a fim

* Mestra e doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

de tentar superar as desigualdades, combater a violência, pobreza, a discriminação e a conquista do direito das mulheres decidirem sobre seus corpos.

Uma revista é produzida por muitas mãos, por isso não poderíamos deixar de reconhecer nessa edição a valiosíssima contribuição das pessoas que aceitaram a difícil e árdua tarefa da revisão das traduções. Portanto, agradecemos ao aluno mestrando Rogério Migliorini e ao doutorando Pedro Julián Jiménez Celorrio pela prontidão ao convite e pelo apoio ao Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NET-MAL. Estendemos os nossos agradecimentos a todas as pessoas que fizeram possível a edição desse número de *Mandrágora*.

Queremos encerrar com as palavras da presidenta do Chile, *Michele Bachelet*: “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher... mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política”!!!!!!

Boa leitura